

**Chamada para Comunicações ao  
2º Congresso Internacional em Lisboa do GIEIPC-IP  
*O Liberalismo e a Imprensa Colonial***

Lisboa, 21 e 22 de setembro de 2022

O século XIX iniciou-se com as lutas pela independência das colónias americanas face às monarquias coloniais europeias. As ideias de nação e de povo que as constitui, bem como a ideia de opinião pública que lhes confere uma identidade conjunta, davam uma nova consistência à literatura de todos os publicistas liberais dos inícios de oitocentos, resultante num vínculo reforçado entre pensamento e acção. Constituía este a base de uma nova forma de encarar a política, como saber e como método de compreensão do mundo.

Em Setembro de 1822, dois acontecimentos marcaram Portugal e os seus espaços coloniais, decorrentes da revolução iniciada a 24 de Agosto de 1820 no Porto, de cariz liberal e impulso nacionalista. No dia 7 de setembro, em São Paulo, o Príncipe Regente D. Pedro proclamava “independência ou morte” nas margens do Ipiranga. No dia 23 em Lisboa, enquanto os deputados americanos debandavam, desautorizando o que nesse dia se consagrava, as Cortes Constituintes aprovavam a primeira constituição que D. João VI seria constringido a jurar. Em 1807, num passo inédito na história da Europa, a saída da Corte para o Brasil, e com ela da sede da monarquia, tinha lançado o debate sobre as relações hierárquicas coloniais por via da desestabilização dos conceitos de metrópole e de colónia, contribuindo significativamente para os acontecimentos vintistas. Contudo, o forçado regresso do Rei à Europa em 1821 reporia essas relações, com o custo de Portugal perder o seu mais importante espaço colonial.

Na pressa de fazer aprovar uma constituição, os deputados metropolitanos não aguardaram pela chegada dos representantes “ultramarinos”, uma decisão particularmente penalizadora para os territórios mais longínquos e que evidenciava bem o lugar que reservavam aos seus eleitores na constituição da vontade nacional. Apesar disso, a simples decisão de também esses espaços elegerem deputados constituintes apontava uma concepção pluricontinental do reino e da nação, incluindo-os nas dinâmicas abertas pelo novo regime. Uma visão que o texto constitucional confirmaria, apesar de excluir ou criar um limbo relativamente à capacidade de largas faixas das suas populações participarem das e nas decisões políticas, devido em parte à realidade escravagista, em parte a uma visão hierarquizada/capacitária e classista/censitária típica da sociedade liberal.

No contexto mundial em que aconteceu, a independência do Brasil contribuiu para a teorização e debate da ideia colonial, de império e imperialismo, bem como do pensamento anticolonial, tanto por apontar para uma dimensão contratualista da relação colonial, quanto pela ideia, não concretizada, de outras colónias se juntarem ao movimento separatista e se constituírem em federação. As lições seriam digeridas, pois se doravante quaisquer revoltas seriam violentamente reprimidas, o constitucionalismo inaugurado no vintismo evidenciava marcas dos debates sobre a concepção liberal do território nacional e de nação. A difícil tarefa de articular liberalismo e colonialismo, com expressão concreta nos princípios de administração e na garantia dos direitos individuais e colectivos, seria renovadamente afirmada, interpretada e questionada.

Entre as condições para a instauração de um regime liberal, ocupa lugar central a formação de uma opinião pública, mormente de uma imprensa periódica dedicada a publicitar, escrutinar e influenciar as decisões do poder. Tendo sido sucessivamente proibida até 1820 a existência de periódicos fora da sede do império, a imprensa periódica colonial em língua portuguesa nasceu com a revolução, e a pós-colonial com a declaração de independência do Brasil. Para lá do Brasil, na periferia oriental do império, em Goa a 22 de Dezembro de 1821 e em Macau a 12 de Setembro de 1822, nasciam os primeiros periódicos locais, por iniciativa dos respectivos governos provisórios revolucionários. Os ritmos a que a imprensa, oficial e privada, se espalhou pelo império testemunham a diversidade das situações locais, incluindo relações diversas com a cultura escrita e diversas formas de governação colonial. Apesar dessas assimetrias, há evidências de que desde o vintismo, e ainda antes, a imprensa portuguesa e estrangeira chegava a esses espaços com impacto local, do mesmo modo que os acontecimentos e posicionamentos dos actores locais acabavam por encontrar espaço onde a imprensa existia. O panorama que começa a desenhar-se coloca sobre a mesa a necessidade de pensar os conceitos de opinião e esfera públicas – local, imperial e nacional.

Comemorando estes centenários, o Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português (GIEIPC-IP), em parceria com Orion – Orientalismo Português, promove o seu 2º Congresso em Lisboa, numa parceria com o CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, e o CECComp – Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Com este evento, o GIEIPC-IP pretende estabelecer uma ponte de compreensão entre esse debate liberal na imprensa, existente na época em que aconteceu, nas suas diversas ramificações a nível do império, e a representação do mesmo na atualidade. Nesse sentido, incentivamos a submissão de trabalhos no âmbito do império português



(imprensa metropolitana e/ou das colónias), de outros impérios coevos ou ainda de trabalhos comparativos. Convidamos ao envio de propostas de comunicação focadas nos seguintes temas (mas não limitadas a):

- as lutas anticoloniais na imprensa periódica (século XIX);
- o debate sobre nação e nacionalismo no espaço colonial (século XIX);
- a representação da revolução vintista na imprensa periódica;
- a representação da independência do Brasil na imprensa periódica;
- o liberalismo e a imprensa periódica pós-colonial brasileira (século XIX);
- o surgimento da imprensa periódica nas colónias;
- a influência do pensamento liberal na fundação de jornais por iniciativa particular;
- a influência do liberalismo no debate literário na imprensa colonial;
- cultura literária e práticas culturais na imprensa colonial do século XIX;
- ecos da revolução liberal na imprensa periódica da Primeira República portuguesa;
- a influência recíproca entre as imprensas coloniais de impérios diferentes;
- actores coloniais na imprensa periódica metropolitana;
- o delineamento da figura do jornalista;
- direitos individuais e espaço público na imprensa colonial (século XIX).

As propostas, em português, inglês, espanhol ou francês, devem incluir um resumo (máx. 300 palavras), 5 palavras-chave e uma breve nota biobibliográfica (máx. 150 palavras), e devem ser enviadas para [liberalismo.imprensacolonial@gmail.com](mailto:liberalismo.imprensacolonial@gmail.com) até o dia 15 de junho de 2022. O evento decorrerá em formato misto, presencial e online.

#### **Comissão Organizadora,**

Adelaide Vieira Machado (CHAM-Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Daniela Spina (CEComp- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa/Università di Verona)

Duarte Braga (CEComp- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa)

Sandra Ataíde Lobo (CHAM-Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

## Comissão Científica

Alda Romão Saúte Saúde (Universidade Pedagógica de Maputo)

Alice Santiago Faria (CHAM-Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Augusto Nascimento (Centro de História, Universidade de Lisboa)

Eduardo Antonio Estevam Santos (Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira)

Everton V. Machado (CEComp- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa)

Filipa Lopes (Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Francisco Soares (PPG-Letras, Universidade Federal do Rio Grande)

Helder Garmes (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo)

Isadora de Ataíde Fonseca (Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa)

Rochelle Pinto (Independent Researcher)

Sushila Sawant Mendes (Government College of Arts, Science & Commerce, Goa University)

Tânia Regina de Luca (Universidade Estadual Paulista)

Varsha Kamat (P.E.S's R.S.Naik College of Arts & Science, Goa University)